

É tempo de Recaatingar: quando a Caatinga renasce com o povo, a desertificação desaparece

Luís Almeida Santos

Judenilton Oliveira dos Santos Souza

José Moacir dos Santos

Clérison dos Santos Belém

Lorena Santiago Simas

Da sombra do umbu à semente do Recaatingamento

O Recaatingamento é uma metodologia de convivência com o Semiárido que busca recuperar áreas degradadas e conservar a biodiversidade da Caatinga. Seu diferencial está na participação ativa das comunidades, por meio de ações de educação ambiental contextualizada, que fortalecem o valor da caatinga em pé e garantem a permanência das pessoas em seus territórios com dignidade. A metodologia integra dimensões ambientais, sociais e produtivas, contribuindo para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e ampliar a resiliência dos povos da Caatinga.

As primeiras discussões sobre o Recaatingamento começaram no final da década de 1990 e início dos anos 2000, a partir do protagonismo das mulheres em comunidades tradicionais de Fundo de Pasto, nas regiões de Curaçá, Uauá e Canudos. O extrativismo do umbu levantou um alerta: já não havia umbuzeiros jovens, o que colocava em risco a continuidade dessa prática. Diante disso, surgiu a ideia de manejar a Caatinga de forma sustentável para garantir o uso permanente dos bens oferecidos pelo bioma.

Recaatingar não é reflorestar

Um ponto essencial para entender o Recaatingamento é reconhecer que os povos e comunidades tradicionais já mantêm relações de cuidado e harmonia com a Caatinga. A

assessoria técnica não substitui essa relação, mas a fortalece, ajudando a alinhar a ação humana com a conservação e a restauração do bioma. Por isso, a presença das pessoas no território é a base do Recaatingamento. Não por acaso, as áreas de Caatinga mais conservadas hoje estão sob a gestão de comunidades tradicionais.

Mas por que falar em Recaatingamento e não em reflorestamento? Essa pergunta foi muito debatida porque o termo propõe uma nova forma de manejar e pensar a Caatinga. A ideia é afirmar a Caatinga como bioma legítimo, viável socioambiental e culturalmente, e rico em biodiversidade — uma escolha que é também política. Já o reflorestamento, em muitos casos, significou introduzir espécies exóticas, como algaroba, nim ou ficus. Essas espécies tiveram utilidade, sobretudo para madeira e forragem, mas não fortaleceram os vínculos entre a Caatinga e seu povo. Ao contrário, acabaram criando novas dependências e fragilizando a complexidade das relações sociais, produtivas e ambientais existentes nos territórios.

O Recaatingamento, enquanto metodologia, está profundamente ligado à construção do conhecimento e à garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais da Caatinga. O reflorestamento, por sua vez, foi muitas vezes tratado como simples prática de produção e plantio de mudas, inspirado em experiências de climas úmidos ou subúmidos. Nessa visão, ele aparece como uma tecnologia pronta, um produto a ser aplicado a qualquer ambiente, sem considerar as relações sociais e ecológicas locais. Já o Recaatingamento se afirma como uma **tecnologia social**: um processo coletivo de construção de conhecimento, que une tradição e ciência nos modos de convivência das pessoas com a natureza.

Caatingas no plural, metodologias no plural

Mas por que falar em metodologias? Porque a Caatinga é diversa, a ponto de muitos a chamarem de ‘as caatingas’, no plural. Essa diversidade de culturas, biodiversidade, solos e formas de organização torna inviável uma ‘receita pronta’ ou um ‘pacote’ único de ações. O que a metodologia oferece são meios para adaptar as práticas a cada realidade. Assim, o Recaatingamento em áreas coletivas de Fundo de Pasto não é o mesmo aplicado em assentamentos da reforma agrária ou em comunidades quilombolas. Cada contexto exige um caminho próprio, sem limitações por métodos rígidos.

A base de toda a proposta é resgatar e fortalecer o saber tradicional de que a Caatinga é um ser vivo — e, portanto, um ser de direito. A partir dessa compreensão, o trabalho do

Recaatingamento se organiza em torno de uma questão central: como o ser humano pode interagir com a natureza sem destruí-la? Por isso, trata-se de uma ação primordialmente educativa, contextualizada para a convivência com o Semiárido e integrada a dimensões ambientais, sociais e produtivas. O objetivo é mitigar os efeitos das mudanças climáticas e ampliar a resiliência dos povos da Caatinga.

A comunidade no centro do processo

De forma participativa, é a própria comunidade que identifica a área mais degradada a ser recuperada. Em seguida, procura-se entender as causas da degradação, geralmente ligadas ao uso do fogo, ao desmatamento e ao pisoteio do gado bovino. O primeiro passo é cercar a área para impedir a entrada de animais herbívoros. Depois, vêm as ações de recuperação: controle da erosão, escarificação do solo, construção de barramentos de pedra, dispersão de sementes nativas, adição de esterco e plantio de mudas e estacas de árvores e arbustos. Todas essas atividades são realizadas em mutirão, com insumos e equipamentos garantidos para a comunidade.

A ação de conservação começa com a elaboração de um plano participativo de uso e manejo da área coletiva, utilizada pela comunidade para o pastejo dos animais e o extrativismo não madeireiro — sobretudo de frutas, fibras e sementes. Definida a capacidade de suporte da área, estabelecem-se critérios de uso, como: número máximo de animais por família, períodos de repouso do terreno, alternativas de alimentação fora da área coletiva, manejo sanitário do rebanho e melhoria genética sem perda das características dos animais tradicionais.

Direitos e renda que florescem com a Caatinga

As ações sociais do Recaatingamento buscam identificar as principais carências que afetam o desenvolvimento humano nas comunidades, como acesso à água potável, segurança alimentar, saneamento, comunicação, energia, habitação, saúde e educação contextualizada. Esses são direitos historicamente negados, mas que agora podem ser reivindicados tanto como direitos em si quanto como compensação pela prestação de serviços ambientais realizada pelas comunidades.

As ações de geração de renda buscam ampliar e diversificar as fontes financeiras da comunidade, para além do extrativismo não madeireiro e da criação de cabras. Entre as alternativas estão o beneficiamento e a industrialização de produtos, o turismo rural comunitário, a apicultura, a meliponicultura e a geração de energia renovável em bases cooperativas e descentralizadas. Essas iniciativas, voltadas sobretudo para mulheres e jovens, fortalecem a permanência digna no campo, sem degradar o ambiente natural nem comprometer a cultura e a tradição comunitária.

Assessoria para semear pertencimento

Para que todo esse processo aconteça, é indispensável a presença constante e qualificada da assessoria técnica por, no mínimo, quatro anos. Falamos em assessoria, e não apenas em assistência técnica, porque se trata de um acompanhamento que facilita a reconstrução do conhecimento tradicional em diálogo com novos saberes. Dessa interação, a comunidade fortalece seu sentimento de pertencimento ao território e a percepção de que só existe humanidade plena onde existe a Caatinga em pé.

Atualmente, na Bahia, 40 comunidades — entre Fundos de Pasto, quilombolas, povos indígenas e assentamentos de reforma agrária — desenvolvem o Recaatingamento em seus territórios. Ao todo, são mais de 33 mil hectares de áreas coletivas em conservação e mais de 2 mil hectares em processo de recuperação.

É tempo de Recaatingar

Com o avanço da experiência prática e coletiva, conduzida pelo protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, cresce a demanda pelo reconhecimento do Recaatingamento como uma tecnologia social. Trata-se de um instrumento fundamental no combate à desertificação, na mitigação dos efeitos da mudança climática e no fortalecimento das comunidades da Caatinga. O passo seguinte é que o Recaatingamento seja incorporado como política pública de Estado.

Entendemos que a recuperação e a conservação da Caatinga, garantindo a permanência das pessoas no campo com seus direitos assegurados, só será possível por meio de uma política pública consistente. Essa política deve priorizar a questão ambiental, o combate à

desertificação e a redução das desigualdades sociais, promovendo mais serviços ecossistêmicos e a proteção da sociobiodiversidade única do bioma Caatinga.

Para que o Recaatingamento se consolide como política pública de Estado, é preciso avançar em um conjunto de ações integradas. A primeira delas é a **regularização fundiária**, garantindo a posse da terra e dos territórios a povos originários, comunidades tradicionais e agricultores e agricultoras familiares. Esse passo é fundamental para que as comunidades tenham segurança e autonomia sobre seus modos de vida.

Outro ponto decisivo é assegurar assessoria técnica continuada, inspirada nos princípios da Agroecologia e da Convivência com o Semiárido, capaz de fortalecer os processos educativos não formais e a organização comunitária. Associado a isso, torna-se necessário construir planos de manejo sustentável da Caatinga, elaborados de forma participativa, para conservar as áreas em bom estado ambiental e recuperar aquelas já degradadas. Essa recuperação envolve práticas como a recomposição do solo, o enriquecimento com matéria orgânica, a dispersão de sementes e o plantio de mudas de espécies nativas.

A política também deve priorizar a segurança hídrica, garantindo água de qualidade e em quantidade suficiente para o consumo humano, a dessedentação animal e a produção de alimentos, sempre a partir de tecnologias sociais adaptadas à realidade do Semiárido. Da mesma forma, é essencial investir em saneamento básico, promovendo o reúso de águas cinzas e fecais na produção vegetal em nível familiar e comunitário, reduzindo impactos ambientais e fortalecendo a autonomia local.

Outro eixo é a eficiência energética: comunidades podem reduzir a pressão sobre os bens naturais com tecnologias apropriadas, como fogões ecológicos, biodigestores e sistemas de geração solar descentralizados. A isso se soma a contribuição para a segurança alimentar e nutricional, por meio de quintais produtivos, sistemas agroflorestais e unidades de beneficiamento que valorizem os produtos locais.

Por fim, é necessário estimular a diversificação econômica, ampliando as possibilidades de renda para além do extrativismo vegetal e da criação de caprinos e ovinos. Isso inclui o beneficiamento e a industrialização de produtos, a apicultura, a coleta de sementes, o turismo comunitário e a geração de energia renovável em bases cooperativas e descentralizadas. Esses eixos, articulados entre si, formam os pilares de uma política pública

de Recaatingamento, capaz de enfrentar a desertificação e garantir a dignidade das comunidades da Caatinga.

Nessa perspectiva, promover processos de conservação e restauração da Caatinga não é apenas uma ação ambiental, mas também uma estratégia essencial de mitigação e adaptação diante da emergência climática. Esses processos só ganham força quando asseguram a participação e o protagonismo das comunidades tradicionais, que são guardiãs históricas do bioma e agentes fundamentais da sustentabilidade e da convivência com o Semiárido. Assim, o Recaatingamento não se limita à recuperação do espaço físico, mas alcança também as relações sociais e a própria dimensão política da vida no Semiárido. É por isso que afirmamos, com convicção, que é tempo de Recaatingar o território, as comunidades e o futuro. E, ao dizer isso, abrimos espaço para uma reflexão crítica sobre o que está em jogo quando falamos em Recaatingamento.

O Recaatingamento é mais do que uma prática de recuperação ambiental: é uma resposta política, social e cultural aos séculos de exploração e esquecimento da Caatinga. Ao unir tradição e ciência, ele recoloca as comunidades no centro do debate sobre sustentabilidade, lembrando que não há preservação sem território, sem direitos e sem dignidade.

Sua força está no protagonismo das comunidades tradicionais, que mostram ao Brasil e ao mundo que a convivência com o Semiárido não é utopia, mas prática cotidiana. O desafio, no entanto, é enorme: transformar experiências locais em política pública de Estado, enfrentar a desertificação e resistir à lógica predatória que insiste em ver a Caatinga como um vazio a ser ocupado.

Recaatingar, portanto, é mais do que recuperar o bioma: é repolitizar o debate sobre a terra, a água e a vida no Semiárido. É afirmar que a Caatinga em pé é condição para que o povo esteja de pé. É convocar governos, sociedade civil e academia a assumirem que, diante da emergência climática, não há futuro sem Caatinga.

Para saber mais

IRPAA, Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Manifesto da Caatinga reforça que sem terra e território não há Recaatingamento. **IRPAA**, Juazeiro, 26 maio 2025. Disponível em:

<https://irpaa.org/2025/05/26/manifesto-da-caatinga-reforca-que-sem-terra-e-territorio-nao-ha-recaatingamento/>. Acesso em: 18 ago. 2025.

IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. **Recaatingamento com comunidades agropastoris e extrativistas**. 2. ed. Juazeiro (BA): IRPAA, 2018.

RECAATINGAMENTO. 2025. Disponível em: <https://recaatingamento.org.br/>. Acesso em: 18 ago. 2025.